



**PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS**

---

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

PARECER Nº 003/2025

**Relator:** Vereador João Batista De Sousa Santos

**Presidente da Comissão:** Vereador João Marcos Lima Da Silva

**Proposição analisada:** Autor: Poder Executivo Municipal

**Assunto:** Análise e aprovação do Projeto de Lei nº 004/2025, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2026 no Município de Timbiras-MA.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Edis,

## **I – RELATÓRIO**

O Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhou a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 004/2025, que tem por objetivo estabelecer as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício financeiro de 2026, em conformidade com o artigo 165, §2º, da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 4.320/1964, com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e com as disposições da Lei Orgânica do Município de Timbiras-MA.

A proposta versa sobre as prioridades e metas da administração pública municipal, orientações para a elaboração e execução do orçamento, controle das despesas, manutenção do equilíbrio fiscal, política de pessoal, dívida pública, alterações na legislação tributária e outras disposições de ordem financeira e administrativa necessárias para garantir a boa governança do Município.

A matéria foi encaminhada para apreciação desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, a quem compete analisar os aspectos financeiros, orçamentários e legais da proposição.

---

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 004/2025 observa rigorosamente as exigências constitucionais, legais e regimentais pertinentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). De forma ampla e



**PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS**

---

detalhada, o projeto alinha-se ao que determina o artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece a obrigatoriedade da LDO para orientar a elaboração da LOA, dispondo sobre as metas e prioridades da administração pública, além de tratar das alterações na legislação tributária e da política fiscal.

O projeto cumpre ainda as disposições da Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos, e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), que impõe responsabilidade na gestão fiscal, especialmente no que diz respeito à limitação de empenho e movimentação financeira em caso de risco à meta de resultado primário.

A proposta está devidamente compatibilizada com o Plano Plurianual (PPA 2025-2029), atendendo ao princípio do planejamento orçamentário. As diretrizes definidas garantem a continuidade e a efetividade das políticas públicas municipais, com destaque para a saúde, educação, assistência social, infraestrutura, meio ambiente e desenvolvimento econômico, promovendo ações que visam à redução das desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população.

Importante observar que o projeto fixa regras claras para a elaboração da LOA, prevendo a obrigatoriedade de compatibilização entre receita e despesa, a manutenção do equilíbrio orçamentário e a limitação das despesas com pessoal, respeitando os limites legais estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF. O controle da despesa pública está bem estruturado, com previsão de reserva de contingência e possibilidade de abertura de créditos adicionais nos casos permitidos pela legislação, demonstrando zelo com a responsabilidade fiscal.

No campo da política tributária, o projeto demonstra o compromisso do Município em ampliar a base arrecadatória, revisando a legislação existente, modernizando a administração tributária e promovendo justiça fiscal, sempre observando o princípio da legalidade e a necessidade de compensação das renúncias fiscais, conforme o artigo 14 da LRF.

No tocante à transparência e ao controle social, o projeto reforça a obrigação da ampla divulgação das peças orçamentárias no Portal da Transparência, o que fortalece a participação cidadã e o acompanhamento dos gastos públicos.

Por fim, ressalta-se que o projeto respeita a autonomia do Poder Legislativo, assegurando suas prerrogativas constitucionais e legais, bem como fixa limites de despesa compatíveis com a realidade fiscal do Município.

---

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, após criteriosa análise, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização conclui que o Projeto de Lei nº 004/2025 encontra-se em perfeita consonância





**PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS**

---

com a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº 4.320/64 e a Lei Orgânica Municipal, apresentando-se como um instrumento essencial para o planejamento, equilíbrio e controle das finanças públicas municipais.

Assim, esta Comissão manifesta parecer **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 004/2025, recomendando sua apreciação e aprovação pelo Plenário da Câmara Municipal de Timbiras.

Câmara Municipal de Timbiras/MA, 04 de julho de 2025.

*João Marcos Lima da Silva*  
Ver. João Marcos Lima da Silva

*Presidente da Comissão de Finanças, Orçamentos...*

*João Batista de Sousa Santos*  
Ver. João Batista de Sousa Santos

*Relator da Comissão de Finanças, Orçamentos...*

Ver. Francisco Queiroz de Moraes Júnior  
Membro da Comissão de Finanças, Orçamentos...